



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 20 de março de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Guerra fiscal	2
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Editorial	3
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	4
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO PSDB	5
JORNAL DO COMMERCIO POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Braga defende ICMS diferente para AM.....	6
JORNAL DO COMMERCIO POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Mdic	7
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	8
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Portos	9
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO ICMS	10
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO ICMS (continuação)	11
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Efeito Chipre	12
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Galaxy Studio	13
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
A CRITICA SOBRE A PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DO ICMS	14
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA sim & não	15
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA Omar Aziz quer ICMS com alíquota de 12%	16
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA Omar Aziz quer ICMS com alíquota de 12% (continuação).....	17
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA Omar Aziz quer ICMS com alíquota de 12% (continuação).....	18
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA Abrindo as portas na ZFM.....	19
A CRITICA ECONOMIA	
MASKATE Greve ameaça PIM.....	20
MASKATE ECONOMIA	

CAPA

Samsung é a segunda em importações no país

A Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda., empresa instalada no Polo Industrial de Manaus, foi a segunda maior importadora do país no mês de fevereiro. Segundo

dados divulgados na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) somente no último mês a empresa sul-coreana

importou o equivalente a US\$ 250 milhões, número que representa 1,50% das compras brasileiras feitas no exterior. Neste período, apenas a Petrobrás S.A. comprou

mais do exterior: US\$ 2,876 bilhões e participação de 17,09% nas importações.

O economista Nelson Azevedo, da Federação das Indústrias do

Estado do Amazonas (Fieam), explica que este resultado é extremamente positivo para o Polo Industrial de Manaus, mostrando recuperação na economia local.

Guerra fiscal

Sem consenso, votação sobre ICMS é adiada

A reunião com governadores de Estados de todas regiões do Brasil para tratar da unificação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) terminou sem a definição de um consenso,

mas a maioria defende as vantagens da ZFM. A votação deve ficar apenas para abril. O governador Omar Aziz participou da reunião na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado).

Página A7

Editorial

Que o interior do Estado também se beneficie dos próximos 50 anos da ZFM

No momento em que se comemora a instalação de uma comissão especial no Congresso Nacional para tratar da prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos é preciso que os governantes e autoridades en-

volvidas no processo façam uma avaliação do Modelo implantado há 46 anos no nosso Estado para que os rumos desses próximos 50 anos sejam redirecionados, principalmente para o interior. Já passou da hora de o homem ribeirinho também colher os frutos de um projeto vitorioso em vários aspectos, mas que ainda não conseguiu saldar uma

dívida social para com o povo, mais especificamente o hinterland. Vamos lutar pela prorrogação, mas temos que fortalecer ainda mais a luta pela interiorização. Não é mais possível ver um Estado tão rico com um povo tão pobre. Um Estado de dimensões continentais e uma enorme desigualdade na distribuição das riquezas. Um Estado que

pode abastecer o Brasil na produção de alimentos com o aproveitamento das várzeas e do pescado, no setor mineral, na produção dos fármacos e mais uma infinidade de recursos podem ser explorados, levando-se em consideração todo o processo sustentável e a utilização de novas tecnologias. Esse mesmo potencial, nos mostra o quanto

podemos ser auto suficientes e deixarmos de sermos mendigos de luxo, batendo às portas de Brasília todas as vezes que o modelo for ameaçado por uma autoridade paulista. O que nos falta é a criação de políticas públicas para que o ribeirinho tenha no próximo meio século uma vida melhor, bem melhor do que foi até agora.

Frente & Perfil

nado, debatendo a unificação das tarifas do ICMS no país. E saiu-se bem. Mostrou claramente porque tratar o Amazonas como igual neste aspecto é um desastre para a economia local e para quase quatro milhões de brasileiros amazonenses.

Restaria definir o rumo. As legendas mais cotadas seriam PSB, onde ele já esteve até 1989, e o próprio PSD. Ninguém pode descartar também o Rede que está sendo criado por Marina Silva.

Desculpa ideal

Corria, ontem, a boca pequena no meio político que o prefeito Arthur Neto encontrou a desculpa ideal para abandonar o PSDB e facilitar uma eventual aliança política com o grupo comandado pelo governador Omar Aziz. A posição dos parlamentares federais de seu partido, contrários à Zona Franca de Manaus, pode ser a cereja do

Teste

O governador Omar Aziz experimentou ontem um pouco do que poderá vir a experimentar a partir de 2015. Ele enfrentou cara a cara o governador paulista Geraldo Alckmin na Comissão de Assuntos Econômicos do Se-

PSDB

“Pelo Amazonas, contra São Paulo”

“Ou os tucanos paulistas mudam de postura, ou tucanos do Amazonas mudam de partido”

Por J Taketomi

Em contundente discurso proferido no pequeno expediente da sessão de ontem (19) da Assembleia Legislativa, o presidente regional do PSDB, deputado Arthur Bisneto, mandou um ultimato ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB): ou os tucanos paulistas mudam de atitude em relação ao Estado do Amazonas e à Zona Franca de Manaus ou os tucanos amazonenses mudam de ninho e vão buscar outra legenda para disputarem as eleições de 2014.

“Não aturamos mais a briga de São Paulo contra o Amazonas, é preciso colocar ordem nisso tudo”, expressou Bisneto da tribuna, não deixando dúvidas de que o prefeito de Manaus, Arthur Neto, uma das maiores lideranças nacionais do PSDB, abandonará a sigla se o governador paulista não mudar seu comportamento sobre a “guerra fiscal” contra a ZFM.

Segundo explicou ao *Jornal do Comércio*, as divergências entre

o prefeito manauense e Geraldo Alckmin aumentaram depois que Alckmin denunciou o Amazonas no Supremo Tribunal Federal contra a lei 2.826/2003, que sustenta a atual política de incentivos fiscais daquele Estado e que prejudica a ZFM. “Isso tudo se aprofundou com as nossas discussões por conta da questão dos tablets e da criação das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação). Então, ou o PSDB se comporta

Arthur Bisneto avisou que o prefeito de Manaus não aceitará investidas dos paulistas contra a ZFM

com respeito ao Amazonas ou terá que aguentar as consequências”, disse.

De acordo com Bisneto, o PSDB hoje é um partido controlado nacionalmente por caciques do Centro-Sul, Sul e Sudeste e esclareceu que, apesar do bom relacionamento com o senador mineiro Aécio Neves, os tucanos amazonenses não possuem afinidades com os tucanos sob a liderança de



Fotos: Walter Mendes

Deputado Arthur Bisneto avisou que se persistir a briga entre SP e AM, lideranças tucanas no Estado vão se insurgir

Alckmin, em São Paulo.

Bisneto diz não ter esperança de que os paulistas mudem de posicionamento quanto ao Amazonas, sobretudo com o acirramento da polêmica em torno da guerra fiscal e dos benefícios da partilha referente ao ICMS (Imposto Sobre Circula-

ção de Mercadorias e Serviços). E avisou que se a situação permanecer, Arthur Neto deixará o partido. “Compreendo que um governador defenda seu Estado, mas um projeto nacional tem que vislumbrar o País e não se deslumbrar na praia de Ipanema. Se houver uma

polêmica interna mais grave, nós vamos nos insurgir”, afirmou, ressaltando que o PSDB “não deveria existir mais no Amazonas e ele só existe aqui por causa da grande liderança de Arthur Neto. Nossa pátria é o Amazonas, depois é o país, o país que não é apenas São

Paulo”.

PSB

Arthur Bisneto não quis adiantar nada ao *JC* sobre o futuro de Arthur Neto e dele próprio caso deixem o PSDB. Considerou bastante prematura a questão, preferindo aguardar o curso dos acontecimentos. “Por enquanto, estamos preocupados com a discussão nacional do PSDB sobre o nosso Amazonas, que é o que nos interessa de fato”, observou.

Na Câmara Municipal, o vereador Marcelo Serafim, um dos principais líderes do PSB no Estado, também acha cedo para especulações e afirmou desconhecer qualquer articulação sobre o possível ingresso de Arthur Neto e seus liderados no PSB, presidido pelo ex-prefeito de Manaus Serafim Corrêa. Arthur pertencia ao partido quando disputou o governo estadual em 1986 pela coligação “Muda Amazonas”, da qual distanciou-se a partir de 1989. Na ocasião, ele exercia seu primeiro mandato à frente da Prefeitura de Manaus e queria apoiar a candidatura do senador paulista Mário Covas (PSDB) à Presidência da República.

Braga defende ICMS diferente para AM

O senador pediu o fim da guerra fiscal entre Estados que tem causado perdas não apenas para o Amazonas, mas também para todo o Brasil

Foto: Vagner Carvalho

Na audiência pública realizada nesta terça-feira (19) pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, que discutiu a proposta de unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o senador Eduardo Braga (PMDB/AM) defendeu a aprovação da alíquota de 12% para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus.

A proposta está sendo discutida por meio do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 01/2013, encaminhada pela Presidência da República. Na matéria, o governo propõe a unificação da alíquota do ICMS em 4% a partir de janeiro de 2016, com exceção do Amazonas e da alíquota relacionada à comercialização do gás natural oriundo do Mato Grosso do Sul.

“A mensagem encaminhada nesta resolução busca não o ideal, mas o possível diante de uma federação que discute necessidades de ser competitiva do ponto de vista econômico e ao mesmo tempo de ser correta do ponto de vista da arrecadação de Estados, municípios e União”, afirmou Braga, lembrando que é preciso todos os esforços para aumentar a produção brasileira e a competitividade em relação ao mercado externo com o Brasil.

O senador enfatizou que o Polo Industrial de Manaus não é adversário do Polo Industrial de São Paulo ou de qualquer outro Estado, mas que eles interagem. Ele também reforçou a necessi-



Senador Eduardo Braga defendeu proposta diferenciada para o Amazonas em reunião da CAE

dade de se por um fim à guerra fiscal entre Estados, citando o fato da indústria instalada no Amazonas e de todo Brasil ter acumulado perdas por causa de produtos importados, que entram no país com incentivos fiscais oferecidos por alguns Estados.

“O Amazonas teve uma perda de 7% do PIB (Produto Interno Bruto), em função da queda de consumo dos bens produzidos pelo polo industrial em uma concorrência desleal, não em relação à concorrência com produtos de São Paulo, mas contra produtos vindos de ou-

tros países com isenção fiscal, importando empregos de outros países”, disse. Essa prática, conhecida como Guerra dos Portos, teve fim em fevereiro deste ano, quando entrou em vigor resolução aprovada pelo Senado e que unificou a alíquota para importação de produtos estrangeiros.

Um dos governadores convidados da audiência pública para falar sobre o tema, o governador do Amazonas, Omar Aziz, disse que se não houver a diferenciação para o Amazonas proposta pelo PRS 01/2013, o Estado terá uma perda de 77%

de toda economia da cidade de Manaus e do interior.

“Não estamos discutindo aqui apenas a unificação do ICMS, estamos discutindo a sobrevivência de todo um Estado”, reforçou.

Além de Aziz, participaram da audiência pública os governadores do Espírito Santo, Renato Casagrande; de Goiás, Marconi Perillo (PSDB); do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; do Piauí, Wilson Martins; do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; de São Paulo, Geraldo Alckmin, o governador em exercício do Pará, Helenilson Pontes.

Mdic

Samsung é a 2ª maior importadora

Dados divulgados pelo Ministério mostram que a unidade da Amazônia foi uma das principais importadoras em fevereiro

Por Lucas Câmara

A Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda., empresa instalada no Polo Industrial de Manaus, foi a segunda maior importadora do país no mês de fevereiro. Segundo dados divulgados na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) somente no último mês a empresa sul-coreana importou o equivalente a US\$ 250 milhões, número que representa 1,50% das compras brasileiras feitas no exterior –mas representa também uma retração de 12,57% em relação a fevereiro de 2012.

Neste período, apenas a Petrobrás S.A comprou mais do exterior: US\$ 2,876 bilhões e participação de 17,09% nas importações.

O economista Nelson Azevedo, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), explica que este resultado é extremamente positivo para o Polo Industrial de Manaus. Para ele, o montante investido pela Samsung na fábrica de Manaus mostra que a economia local está dando sinais de melhorias e com isso garantindo a manutenção de empregos.

“Se a Samsung importou bas-

tante, é sinal que está aumentando a sua produção e isso é sinal que a economia está tendo um bom desempenho. Pode ser um primeiro passo em direção àquela grande expectativa que nós temos de que a partir do fim deste primeiro trimestre as coisas comecem a andar para nós termos melhores resultados em relação ao ano passado. Este resultado já é uma luz de que nós teremos algum crescimento este ano, em relação ao ano passado”, disse.

Nelson Azevedo, baseado nos números da Samsung, acredita ainda que outras fábricas do PIM também podem ter apresentado resultados positivos neste período. “Naturalmente não deve ser ela (Samsung) que está tendo este desempenho. Outras empresas podem não aparecer nesta estatística, mas com certeza também estão nesta mesma esteira de crescimento, principalmente nesta linha de eletroeletrônicos e telefones, que é onde a Samsung está inserida”, ressaltou.

Balança Comercial

Com um déficit de US\$ 12,78 bilhões, a balança comercial brasileira teve em 2013 o pior fevereiro em dez anos. No mês, o volume de exportações alcançou



Foto: Walter Mendes

Mesmo sendo a 2ª importadora no mês, resultado da Samsung está abaixo do mesmo período de 2012

o valor de US\$ 15,549 bilhões. Sobre fevereiro de 2012, as exportações registraram retração de 9,0%, e crescimento de 19,0% em relação a janeiro de 2013, pela média diária. Enquanto isso, as importações totalizaram o valor de US\$ 16,827 bilhões e média diária de US\$ 934,8 milhões, recorde para meses de fevereiro, superando igual período de 2012 (US\$ 16,322 bilhões e US\$ 859,1 milhões, respectivamente). Sobre igual período anterior, as importações registraram crescimento de 8,8%, e sobre janeiro de 2012, cresceram

2,8%, pela média diária.

No acumulado janeiro-fevereiro de 2013, as exportações apresentaram valor de US\$ 31,516 bilhões. Sobre igual período de 2012, as exportações registraram retração de 5,5%, pela média diária. As importações somaram recorde de US\$ 36,830 bilhões, com aumento de 11,8% sobre o mesmo período anterior, pela média diária. O saldo comercial acumulou déficit de US\$ 5,314 bilhões, invertendo o resultado do período anterior equivalente, quando apresentou superávit de US\$ 399 milhões. A

corrente de comércio alcançou cifra recorde de US\$ 68,346 bilhões, representando aumento de 3,1% sobre o mesmo período anterior, quando totalizou US\$ 67,939 bilhões, pela média diária.

Em períodos de doze meses, as exportações somaram US\$ 239,927 bilhões. Sobre o período março/2011-fevereiro/2012, quando as exportações atingiram US\$ 258,262 bilhões, houve queda de 6,7% pela média diária. As importações totalizaram US\$ 226,218 bilhões, retração de 1,1% sobre o mesmo período anterior,

de US\$ 229,659 bilhões, pela média diária. O superávit comercial, em doze meses, acumula cifra de US\$ 13,709 bilhões, valor 52,1% abaixo de equivalente período anterior (US\$ 28,603 bilhões).

Desempenho Jan-fev/13

No comparativo de janeiro-fevereiro de 2013 com o mesmo período de 2012, apenas as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram acréscimo em suas exportações.

Na Região Norte as exportações cresceram, em valor, 11,8%. Mesmo com o grande montante importado pela Samsung em fevereiro, o Amazonas apresentou um desempenho positivo na balança comercial, com um crescimento de +23,9% no mês e faturamento de US\$ 157,5 milhões. Também cresceram o Tocantins (+30,5%, para US\$ 36,8 milhões), Rondônia (+82,9%, para US\$ 117,2 milhões), Amapá (+4,1%, para US\$ 82,1 milhões) e Acre (+43,9%, para US\$ 3,0 milhões) e Pará, principal Estado exportador da região, que apresentou crescimento de 9,0%, para um total de US\$ 2,3 bilhões. A única exceção foi o Estado de Roraima com retração de -55,0% nas exportações, e faturamento de US\$ 681 mil.

Follow-Up



EMPRESARIAL

Dever de casa Parte II

Na perspectiva do adensamento das cadeias produtivas do Polo Industrial de Manaus, não faz muito tempo, o empresário Wilson Périco, do ramo de eletrônica, enviou esforços junto à Suframa, para trazer uma empresa de semicondutores. A respeito, ele costumava reproduzir um diálogo com um dos potenciais investidores, que lhe desferiu na ocasião as seguintes perguntas: "... existe areia (óxido de silício) na região?" Sim, respondeu. "E água?" Um quinto da água potável do planeta, asseverou. "E 40 profissionais em nível de PhD?" Seguiu-se um obsequioso e constrangido silêncio,

como resposta. A história é anedótica, porém eloquente. Retomar a discussão sobre o dever de casa, passa, necessariamente pela disponibilidade dos recursos humanos, enfrentamento de sua defasagem, com a mobilização de compromissos e atitudes de maior obstinação para atender o desafio.

Na semana passada, foi gratificante constatar a mobilização dos alunos da Escola Superior de Tecnologia, da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, em passeata pelas ruas para exigir a contratação de professores, justamente na área de eletrônica, demandada pelo

imperativo da diversificação e adensamento do polo industrial. Os alunos exigiam preenchimento da própria carga horária e lacunas de formação, o modelo ZFM demanda recursos humanos de alto nível para sobreviver. A propósito, e relembrando a proatividade fecunda do projeto UTAM, a Universidade Instituto de Tecnologia, criada do final dos anos 70, cabe instalar e redimensionar o Conselho Empresarial previsto no regimento e estatutos da UEA. Essa cumplicidade entre academia e setor produtivo já se mostrou alvissareira, na medida em que partilha, no âmbito das respectivas atribuições, expectativas, saberes, saídas de extrema eficácia para equacionar desafios e consolidar avanços do chão de fábrica ao mercado.

No compromisso do dever de casa, a revisão do modelo ZFM passa por uma avaliação das perdas causadas pela distância entre as empresas e as instituições de pesquisa, a despeito de esforços pontuais de enfrentamento. Essa

aproximação mais estreita, no mínimo, ajudará a academia a cumprir, mais densamente, sua responsabilidade social de qualificação adequada dos recursos humanos e às empresas, otimi-

A revisão do modelo ZFM passa por uma avaliação das perdas causadas pela distância entre as empresas e as instituições de pesquisa

zar investimentos e diversificar sua atuação, para agregar valor a seus produtos, e promover o crescimento na direção da prosperidade social.

Especialistas contemporâneos em análise sobre os rumos da indústria, seus desafios e possibilidades, podem jogar luzes sobre o destino das concentrações industriais, e de como,

em alguns países europeus e asiáticos, esses aglomerados passaram do estágio de distrito para clusters industriais de base tecnológica ou fundados no conhecimento/informação. Isso aconteceu em Cingapura; Bangalore- Índia e na República da Irlanda, como também em regiões como Catalunha-Barcelona, Lombardia- Itália, Baden-Wuerttemberg- Alemanha, Rhône-Alpes- França, Ottawa-Toronto- Canadá... que conseguiram em pouco espaço de tempo obter resultados extraordinários. Manaus teve sua chance com o embrião do Centro de Biotecnologia e a desperdiçou por conta de uma paranoia estéril e vesga. Em apenas 25 anos de existência, o parque tecnológico de Bangalore, por exemplo,

conseguiu 2500 laboratórios de P&D. Igualmente extraordinários são os exemplos de Cingapura e da Irlanda, onde o sucesso com essa modalidade industrial monta um cluster atrás do outro. Este é o modelo que o Ministério do Desenvolvimento promete ajudar a desenhar para a Zona Franca de Manaus - a "base ecológica da ZFM (?)" - segundo estudos em estágios avançados entre este Ministério e o de Ciência e Tecnologia, que repercutem em ações e parcerias locais entre Suframa e INPA, entidades federais de Manaus que respondem por fomento e inovação. Convém acompanhar e apoiar o que daí pode nascer. Além de dever de casa, este - sem dúvida - é um caminho promissor a percorrer.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. ciemam@ciemam.com.br

Portos

Trabalhadores apresentam novas propostas de mudanças à MP

Em reunião na manhã de hoje com representantes do Congresso e do governo, os trabalhadores do setor portuário apresentaram um conjunto de 10 propostas de mudanças na MP dos Portos. Os trabalhadores ameaçam fazer greve caso o governo não atenda suas reivindicações e mude a MP.

O documento pede principalmente que os operadores privados de portos sejam obrigados a contratar trabalhadores avulsos. Mas houve uma inflexão dos portuários: eles aceitaram que

os operadores privados possam continuar contratando trabalhadores próprios para transportar a carga própria deles.

A lei anterior distinguia os portos entre públicos e privados pela carga que transportavam. Os Portos privado só eram autorizados a transportar carga própria (exemplo: a Vale ter um porto para transportar minério) e não eram obrigados a contratar trabalhadores avulsos. A lei atual acabou com essa distinção e os Portos privados podem transportar qualquer tipo de

carga. Mas eles não foram obrigados a contratar trabalhadores avulsos.

Entre os 10 pedidos, os trabalhadores também solicitam que a obrigatoriedade da Guarda Portuária seja reincluída na lei e também que os CAP (Conselhos de Autoridade Portuária) voltem a ter poder decisório. O CAP era um conselho paritário formado por governo, empresas e trabalhadores que decidia sobre áreas que seriam licitadas no Porto. A MP tirou essa prerrogativa dos CAPs.

ICMS

Polêmica sobre alíquotas permanece

Governadores de outros Estados aceitam que ZFM tenha tratamento diferenciado, mas não entram em consenso sobre valores

Oswaldo Henriques
Especial para o JOC

Reunião com governadores de Estados de todas regiões do Brasil, que ocorreu nesta terça-feira (19), não chega a um consenso e os valores da alíquota do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) seguem indefinida. O governador Omar Aziz participou da reunião no CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado) onde buscou demonstrar aos outros Estados às necessidades de se manter o atual modelo de distribuição da alíquota do ICMS para a Zona Franca de Manaus.

Apesar da evidente falta de consenso entre os governadores sobre os valores destinados a cada Estado, a maioria concordou que a Zona Franca de Manaus merece ter uma alíquota diferenciada. O Estado de São Paulo, tido como o principal opositor contra os 12% de alíquota que recebe o Amazonas, representado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) não questionou nenhuma das observações e ressalvas feitas por Omar. Helenilson Pontes, governador do Pará, defendeu que os demais Estados do norte deveriam receber alíquota igual ao Amazonas. Alguns Estados defenderam que a Zona Franca deve permanecer com as vantagens comparativas, mas os valores deveriam ir dos 12% para os 7%. O presidente da



Governador Omar Aziz defendeu interesses em reunião com a presença do governador Geraldo Alckmin

CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), foi obrigada a adiar a votação para abril, a pedido do ministro Guido Mantega.

Afonso Lobo, Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, também esteve presente a reunião que buscou discutir o projeto de resolução 1/2013, que pretende unificar a alíquota de ICMS entre todos os Estados brasileiros em 4%. Afonso destacou que a nova proposta não trará ganhos para os outros Estados em sua relação com a ZFM. "Isso foi demonstrado pelo governador. Ninguém rebateu ou discordou da necessidade deste

tratamento diferenciado. Ela foi bem aceita por todos os governadores presentes, com base de que a ZFM deve ter um tratamento diferenciado por conta das especificidades do modelo" contou. Todas as cinco regiões do país participaram da reunião, além de Omar Aziz e Geraldo Alckmin, também estiveram presentes os governadores Helenilson Pontes (Pará), Wilson Martins (Piauí), André Puccinelli (Mato Grosso do Sul), Geraldo Alckmin (São Paulo), Renato Casagrande (Espírito Santo) e Tarso Genro (Rio Grande do Sul).

O clima após a reunião é de oti-

mismo. No entanto Afonso Lobo destacou que segundo estudos realizados, em caso da diminuição da alíquota de 12% para 4% o déficit será de 77% para o Estado. "Acreditamos que será mantida a alíquota atual. Os outros Estados entenderão que é uma necessidade nacional. Não temos um plano B, não acreditamos que esse tratamento diferenciado nos será tirado", comentou. Sobre a ideia de alguns Estados como Minas Gerais e Paraná de que esse valor diminua ao menos para 7%, o titular da Sefaz foi incisivo: "Não aceitaremos a diminuição para os 4%, nem para

Por dentro

ENTENDA O CASO

O PROJETO DE RESOLUÇÃO:

O PRS 1/2013, foi apresentado pelo governo federal e prevê a adoção de uma alíquota de 4% para o ICMS interestadual, unificado para todos Estados. Ela faz parte de um pacote de propostas enviadas pelo Executivo para reformar o sistema de ICMS no país.

O AMAZONAS:

O Amazonas conta atualmente com uma alíquota de 12%, como incentivo fiscal para a Zona Franca de Manaus e teria esse número reduzido para 4% como os demais Estados.

O PROBLEMA:

Amazonas e Mato Grosso não aceitam a redução da alíquota. Os Estados do Sul e Sudeste defendem a diminuição, ou uma redução para 7%.

A REUNIÃO:

A CAE está promovendo debates tentando entrar em um consenso com todos os Estados, o último foi realizado nesta terça-feira, com a presença do governador Omar Aziz, que defendeu os interesses do Estado.

A VOTAÇÃO:

Estava marcada para o dia 26 deste mês, mas deverá ser votada na CAE somente em abril, após conversa com o ministro Guido Mantega.

os 7%. Nada menor que os 12% atuais" concluiu.

Wilson Périco, presidente do CIEAM (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), também destacou a importância do tratamento diferenciado para a ZFM. "O risco é grande

para economia do Estado. A arrecadação do Estado cairia muito. Não haveria sustentação econômica no Estado. O Amazonas é exportador, a grande riqueza que é produzida aqui é consumida fora daqui", completou.

ICMS (continuação)

“Não somos o patinho feio da história”

O Cieam também aproveitou para criticar a postura dos Estados que são contra a diferença da alíquota para o Amazonas. Para Périco estes Estados estariam tendo uma “visão míope e gananciosa, de pouco sentimento de brasilidade e que demonstra pouco conhecimento das desigualdades regionais do país”. O presidente do Cieam destaca que os produtos que são fabricados no Amazonas são comercializados nos outros Estados e que boa parte da carga tributária gerada naqueles lugares é oriunda de produtos fabricados no PIM. “Nós não precisamos da ajuda de ninguém, não somos o pa-

tinho feio da história não”, completou. Segundo Périco se não fossem comprados aqui no Amazonas, esses produtos



acabariam vindo de outro lugar do mundo. “Eles estariam da mesma forma, sem atrair

investimentos, sem gerar mais empregos lá e o país estaria perdendo. Nós estaríamos gerando empregos na China” completou.

Segundo o Cieam, dos 26 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, que recebem o repasse do governo federal, apenas oito repassam para o governo federal em tributos, mais do que recebem. “Se existe renúncia fiscal, essa renúncia é compensada no nosso Estado pela preservação da floresta. Pela arrecadação de tributos. A Zona Franca de Manaus não é um paraíso fiscal. Nós vemos isso na própria balança comercial”, concluiu.

Efeito Chipre

Especialistas temem crise maior

Plano de resgate internacional para o Chipre fracassa com rejeição do parlamento e coloca ilha à beira do colapso financeiro

O parlamento do Chipre rejeitou ontem por ampla maioria dos votos um imposto profundamente impopular sobre o dinheiro depositado em contas bancárias, o que coloca em dúvida o plano de resgate internacional para o país.

O Parlamento de 56 integrantes decidiu, por 36 votos contrários e 19 abstenções, enterrar o projeto de lei, condição para o resgate de 10 bilhões de euros (13 bilhões de dólares) da União Europeia para a ilha do Mediterrâneo. Um parlamentar não compareceu à votação.

A rejeição da proposta deixa a ilha do leste do Mediterrâneo, um dos menores Estados do continente, à beira do colapso financeiro.

A exigência europeia no final de semana para que o Chipre quebrasse práticas anteriores e adotasse imposto sobre as contas bancárias como parte do resgate da União Europeia (UE) deixou os cipriotas furiosos e agitou os mercados financeiros.

Após a votação, o Banco Central Europeu (BCE) disse ter conhecimento do resultado e reforçou seu compromisso de prover liquidez na medida do necessário dentro das regras.

O plano determinava uma

taxa de até 10% sobre os depósitos bancários - um tipo de confisco que assustou depositantes de outros países da zona do euro, uma vez que abriria precedente para ser usado por outros países em situações semelhantes. O objetivo do imposto era arrecadar 5,8 bilhões de euros como parte do resgate considerado necessário para evitar o default e o colapso do setor bancário.

Inquietação

A decisão dos ministros da zona do Euro de tributar o dinheiro depositado em contas bancárias no Chipre é considerada "inquietante" e "surpreendente" pelas principais associações de correntistas europeus, que temem uma grave crise de confiança entre investidores e denunciam a medida como ilegal.

"As consequências são muito negativas. O resultado é uma desconfiança geral que pode, inclusive, repercutir na economia. Imagine se as pessoas começarem a retirar o dinheiro dos bancos para investir em outros serviços, como ouro ou imóveis, por exemplo?", disse à BBC Brasil Juan Manuel Viver, representante da Eurofinuse, a Federação Europeia de Usuários de Serviços Financeiros, entidade que representa cerca



Foto: Divulgação

Crise financeira verificada em Chipre já afeta bolsas em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil

de 50 associações na Europa.

O reflexo já é sentido nas principais economias, como o Brasil. O mercado futuro de juros local opera em queda desde o início do pregão da última segunda-feira, em linha com a aversão ao risco no exterior. O motivo é a preocupação com a crise das dívidas da zona do euro e com um efeito contágio, renovada após o Chipre garan-

tir um pacote de resgate com confisco. O país terá ajuda de 10 bilhões de euros, mas com a participação, pela primeira vez na região, de correntistas.

"O mercado teme reflexos sobre o crescimento econômico mundial e impactos disso sobre o crescimento brasileiro, que poderiam levar o Banco Central a postergar uma alta de juros", afirma o estrategista-

chefe do banco WestLB, Luciano Rostagno.

O representante da Eurofinuse não acredita que haverá corrida em massa dos clientes aos bancos europeus para retirar dinheiro, mas considera que a decisão abre um precedente. "As pessoas vão ter medo, pois vão pensar que se fizeram uma vez, podem fazer de novo", acrescentou.

ADUKARGO
Agências em todo o Brasil

Operador logístico
(092) 3212-8500
www.adukargo.com.br

Números

PERFIL



ÁREA:

9,2 mil km²

POPULAÇÃO:

1,1 milhão de habitantes

PIB:

US\$ 22,4 bilhões

CRESCIMENTO (2012):

2,2%

DÍVIDA PÚBLICA:

80,9% do PIB

Galaxy Studio

Samsung tem participação especial e é destaque da SAP Fórum Brasil

A Samsung tem uma participação especial no SAP Fórum Brasil. A companhia fornece cerca de cem dispositivos, entre tablets e smartphones, usados para executar soluções empresariais móveis da SAP. Além de disponibilizar equipamentos, a companhia montou um Galaxy Studio especialmente para o espaço de exposições, um ambiente para a experimentação de aparelhos, que exibe as principais novidades da linha Galaxy. "A escolha comprova a aderência dos aparelhos da Samsung às mais avançadas políticas corporativas de segurança. Além disso, comprova a competência da companhia em atuar dentro do segmento empresarial", ressalta Fernando Sentomo, diretor de B2B de Telecom.

A experimentação de aplicativos móveis, que hoje é uma das principais áreas de atuação da SAP, ocorrerá em diversos ambientes durante o evento. Dentre os dispositivos utilizados, estão os dois lançamentos da linha Note (Galaxy Note 10.1 e Galaxy Note 2), além de alguns modelos de smartphone Premium, como novo Galaxy Gran Duos de 5", que tem suporte para 2 chips.

A Samsung se diferencia no segmento de implantação corporativa de dispositivos móveis graças ao seu portfólio completo, característica multiplataforma, diferenciação na experiência de uso e grau de inovação tecnológica dos equipamentos.

Um dos pilares estratégicos na Samsung é a adaptação do

Android para uso corporativo, no qual a companhia aplicou investimentos significativos em Pesquisa e Desenvolvimento. Além de suporte completo a políticas de sincronização com servidor Exchange e compatibilidade total com provedores de VPN, a companhia implantou uma camada de segurança com cerca de 338 APIs. Essas interfaces habilitam uma quantidade equivalente de políticas de segurança para o gerenciamento remoto do aparelho. Para se ter uma ideia, o Android original tem apenas 35 dessas políticas.

A proteção dos dados armazenados e a troca de arquivos contam ainda com criptografia avançada, que impede a abertura dos dados de um dispositivo em outros aparelhos.

Manaus, quarta-feira, 20 de março de 2013.

SOBRE A PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DO ICMS

Era de se esperar que o governador de São Paulo, Geraldo Alckimin (PSDB), viesse a fazer o discurso que ontem fez, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a propósito do Projeto de Resolução que unifica em 4% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços interestaduais.

Pode-se dizer que ele jogou pesado na defesa dos interesses de seu Estado, quando criticou a iniciativa do governo federal de fazer uma minirreforma tributária que, no entendimento dele, beneficiará alguns empresários que fazem fortuna no País e mandam para fora o dinheiro que aqui ganham.

Meias palavras bastam quando se conhece a posição do autor delas. Nessa questão, Alckimin disparou contra o governo federal, mas olhando na direção do Amazonas e do Mato Grosso, evidentemente. E por que isso? Porque esses dois estados foram preservados pelo Planalto, que optou por manter a alíquota do ICMS deles em 12%.

Nos demais estados, num horizonte de doze anos, essa alíquota – importante fator de atração de investimentos, quando usada como instrumento de política fiscal – terá sido gradualmente reduzida até o limite de 4%. Até lá, o governo espera ter colocado um ponto final na chamada “guerra fiscal” no País. Tal guerra decorre do fato de as alíquotas de ICMS

variarem de um estado para outro, gerando, por conseguinte, um desequilíbrio econômico favorável a uns, mais do que a outros, a despeito daquilo que é pactuado no Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz, instância competente para endossar ou não medidas relativas a esse imposto.

Mas isso não englobaria também o Amazonas e o Mato Grosso? Não, pelo simples fato de que esses dois estados – o Amazonas, por conta da Zona Franca de Manaus e o Mato Grosso, em função dos negócios com o gás natural oriundo da Bolívia – terem sido excepcionados pelo Projeto de Resolução do governo.

O governador Omar Aziz, por seu lado, advertiu o colega de São Paulo disso, defendeu veementemente a manutenção das vantagens comparativas da ZFM e disse que a unificação da alíquota em 4% gerará perdas de 77% na arrecadação estadual.

Mas isso não é motivo para, no Amazonas, ignorarmos os outros sentidos das palavras do governador de São Paulo, tampouco devemos acreditar que a finalidade da minirreforma será atingida, como dizem os burocratas do Planalto. Precisamos continuar fazendo mais por nós mesmos, enquanto o tratamento fiscal diferenciado nos favorecer.

sim & não

Tensão marca encontro de Aziz e Alckmin

Quem assistiu ontem ao duro discurso do governador Omar Aziz (PSD), na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, contra o Estado de São Paulo viu apenas uma parte do tenso encontro entre ele e o governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB). Antes de deixar a audiência pública que debatia a reforma do ICMS interestadual, Omar virou-se para o tucano e desabafou: "O Andrea Calabi (titular da Sefaz-SP) vem aqui, fala um monte de besteira e querem que eu fique calado?".

Renúncia O incômodo com Andrea Calabi é porque, na semana passada, nessa mesma comissão do Senado, o secretário paulista defendeu que o AM não tenha benefício na reforma do ICMS porque a renúncia da União com a ZFM chega a cerca de R\$ 20 bilhões para gerar "pouco mais de cem mil empregos".

Beneficiado No discurso que fez ontem, no Senado, Omar disse: "E aí se fala em renúncia. A maior renúncia não é no Estado do Amazonas. A maior renúncia é na Região Sudeste, que historicamente sempre teve benefício".

BNDES Com números num telão, Omar disse: "Dos R\$ 321 bilhões liberados pelo BNDES nos últimos quatro anos para

projetos de investimento, R\$ 81 bilhões foram para São Paulo. Se somarmos RJ, MG e RS, não chegam perto de SP. E se somarmos os outros Estados brasileiros não chegam perto do Estado de São Paulo".

Fui aprovado? A propósito, o governador deu mostras de que gostou de falar no Senado. Possível candidato a senador no ano que vem, ele deixou a comissão perguntando a interlocutores: "Fui aprovado no teste?"

Seda Oficializado ontem como relator da comissão especial que analisará na Câmara dos Deputados a PEC da prorrogação da ZFM por mais 50 anos, o deputado Atila Lins (PSD) rasgou elogios ao senador Eduardo Braga (PMDB)

Omar Aziz quer ICMS com alíquota de 12%

A unificação desse imposto em 4% prejudicaria muito a economia do Amazonas, disse o governador na CAE do Senado

ANTONIO PAULO

SUCURSAL (BRASÍLIA) O governador do Amazonas, Omar Aziz, fez ontem uma defesa veemente da Zona Franca de Manaus (ZFM) na audiência pública, promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sobre o projeto de resolução nº 01/2013.

A proposta do Governo Federal unifica a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4%, no prazo de 12 anos, a partir de 2014, e mantém em 12% o imposto cobrado no Amazonas, o que a maioria dos não querem, por entenderem que a isonomia entre os entes da federação precisa ser respeitada.

Ao pedir que os senadores-membros da CAE mantenham as vantagens comparativas da ZFM, Omar Aziz disse que a unificação da alíquota do ICMS poderá gerar perdas de 77% da arrecadação estadual. "Nenhum fundo vai compensar a curto, médio e longo prazo as perdas que o Amazonas terá se não for mantido um ICMS diferenciado", disse.

Diante de sete governadores, inclusive o de São Paulo, Geraldo Alckmin, Aziz declarou estar na CAE para desmistificar argumentos críticos à ZFM especialmente o da renúncia fiscal que, de acordo com ele, é bem superior nos Estados mais desenvol-

Geopolítico

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também se posicionou dizendo que a ZFM não é somente um projeto econômico, mas geopolítico, pois está localizada numa região estratégica para o Brasil e que também precisa ser desenvolvida, com uma alternativa econômica que não leve pressão sobre a floresta amazônica.

vidos, se comparado com a ZFM. "Conforme prevê a Constituição Federal, a renúncia fiscal deveria ter a função de garantir o desenvolvimento regional das unidades federativas, mas só o Sudeste tem R\$ 70 bilhões do total de R\$ 145 bilhões da renúncia fiscal do Brasil. Isso quer dizer que as regiões mais pobres do Brasil têm uma renúncia bem menor que as regiões que sempre foram beneficiadas historicamente", destacou.

Embora se questione a renúncia fiscal na ZFM, o governador informou que o Amazonas tem uma arrecadação anual, inclusive de tributos federais, de aproximadamente R\$ 8 bilhões, proveniente da atividade econômica. É



Governador Omar Aziz sai em defesa da ZFM. Ao lado dele, o governador Geraldo Alckmin observa exposição de Aziz

um montante que ajuda a formar o bolo que é dividido pela União entre os Estados, cabendo ao Amazonas só a fatia de 28% (cerca de R\$ 2,5 bilhões). "O saldo que nós damos ao Brasil é acima de R\$ 6 bilhões para serem divididos entre os Estados", argumentou.

Omar Aziz disse que a defesa do Governo do Amazonas na reforma do ICMS é para que seja

mantido o que a Constituição Federal já assegura que é a diferenciação no tratamento da ZFM. "Não é uma guerra fiscal, o que estamos pedindo é para manter o que a Constituição garante. Não é uma guerra contra os Estados. Nosso Estado tem apenas 1,6% do PIB brasileiro, numa região que representa 18,45% do território nacional e, se acabarem o dife-

rencial (da ZFM), as indústrias vão para regiões mais desenvolvidas, não tenho dúvida disso. As empresas não estão lá no Amazonas para fazer assistência social", disse Omar Aziz. Ele lembrou que, além de gerar atividade econômica, o modelo ZFM não pressiona o meio ambiente e permite que o Estado mantenha 98% da sua floresta preservada.

Blog

Eduardo Braga

SENADOR E LÍDER DO GOVERNO NO SENADO



"O Polo Industrial de Manaus não é adversário do polo industrial de São Paulo ou de qualquer outro Estado, mas é preciso que eles interajam. O Amazonas teve uma perda de 7% do PIB em função da queda de consumo dos bens produzidos pelo PIM em uma concorrência desleal. É não foi com produtos de São Paulo, mas vindos de outros países com isenção fiscal, importando empregos de outros países. Essa prática, conhecida como 'guerra dos portos', teve fim em fevereiro, quando entrou em vigor resolução aprovada pelo Senado e que unificou a alíquota para importação de produtos estrangeiros".

Omar Aziz quer ICMS com alíquota de 12% (continuação)

Mesma alíquota na Amazônia

O governador em exercício do Pará, Helenilson Pontes, criticou o tratamento diferenciado que a Resolução 01/2013 e a MP, que cria um fundo de compensação para as perdas com a unificação do ICMS, dão às zonas fiscais privilegiadas, mas se referiu exclusivamente à ZFM. "Um benefício dado para um Estado da Amazônia contra o Brasil não se pode traduzir em um benefício contra os outros Estados da Amazônia. A dificuldade de produzir na Amazônia,

em Manaus ou no Amazonas é tão grande quanto a de produzir no Acre ou no Pará. Nós não discutimos a existência da Zona Franca nem a legitimidade do pleito desse polo industrial em relação ao Brasil. Discutimos a necessidade de termos uma alíquota para todos os Estados da Amazônia Legal", disse Helenilson. Para garantir o mesmo benefício (12% do ICMS na saída das mercadorias) a todos os Estados amazônicos, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou

emenda prevendo essa isonomia. O governador Omar Aziz mostrou-se favorável. "Entre nós da Amazônia, não acredito haver muito problema porque todos os Estados do Norte têm suas dificuldades e não podemos achar que só nós do Amazonas temos esse direito", disse. Especialistas do polo industrial de Amazonas não acreditam que a proposta paraense passe no Senado já que o Nordeste também quer aumentar de 4% para 7% alíquota do ICMS.

Três perguntas para

• **Atila Lins** RELATOR DA PEC 506-A

1 Como será sua atuação na Comissão Especial?

Na próxima terça-feira vou apresentar a agenda de trabalho que vamos desenvolver, como a realização de audiências públicas; listar as autoridades e especialistas que vamos convidar para falar sobre a Zona Franca; ouvir aqueles que querem apresentar requerimentos e outros pleitos. A ideia é fazer um amplo debate para encontrar, dentro do possível, uma unanimidade na comissão para chegar ao plenário, pelo menos, com um consenso.

2 Esse consenso é um escudo para o embate no plenário?

Não tenha dúvida de que no plenário teremos muitos antagonismos especialmente daqueles que até hoje não entendem por que existe a Zona Franca. É uma disputa constante que vamos enfrentar. Ainda bem que temos deputados como Sarney Filho, ex-ministro do meio ambiente e presidente da Frente Ambientalista, que defende a Zona Franca por ela ser um instrumento indispensável para o desenvolvimento regional e que impediu a de-

vastação das nossas florestas.

3 Como o senhor tratará as emendas?

Estou aberto ao diálogo, aos entendimentos, mas também estarei fechado a qualquer emenda que mude o espírito da PEC proposta da presidente Dilma que é garantir os 50 anos para a Zona Franca. Alguma emenda que venha tentar modificar esse sentido será rechaçada pelo relator com certeza. Não deixarei que nenhuma emenda que atrapalhe a Zona Franca possa vir a ser aprovada.

Omar Aziz quer ICMS com alíquota de 12% (continuação)

PEC da prorrogação andar

Ontem, na Câmara dos Deputados, foi instalada a Comissão que analisará a PEC que prorroga a ZFM

Com a ausência de quatro deputados federais do Amazonas, mas com a presença ilustre do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foi instalada ontem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 506-A, de 2010, do Senado, sobre a prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM) por 50 anos (2023-2073). Foi eleito presidente o deputado Édio Lopes (PMDB-RR) e o relator foi confirmado o deputado

Átila Lins (PSD-AM). A eleição dos três vice-presidentes ocorrerá na próxima terça-feira, 26 de março. Se nada mudar, a 1ª vice-presidência ficará com o deputado Francisco Praciano (PT-AM), a 3ª vice, com Urzenir Rocha (PSDB-RR) e a 2ª vice-presidência será disputada entre os deputados Silas Câmara (PSD-AM) e Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), que na última hora desfez o acordo de líderes e anunciou candidatura avulsa. O cargo de 2ª vice estava certo para ficar com o deputado



Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, instalou comissão

Busca rápida

*

Morte decretada sem prorrogação

Admitindo que o modelo econômico e fiscal do Amazonas precisa ser revisto, modificado, o 1º vice-presidente, Francisco Praciano, disse que sem a prorrogação está decretada a morte econômica do Estado do Amazonas.

amazonense. Dos oito membros da bancada que fazem parte da Comissão Especial, faltaram à primeira sessão os deputados Carlos Souza (PSD-AM), Henrique Oliveira (PR-AM), Plínio Va-

lério (PSDB-AM) e Sabino Castelo Branco (PTB-AM).

Como sinal de prestígio, já que não é praxe o presidente da Casa marcar presença em instalação de Comissão Especial, o presidente Henrique Eduardo Alves participou da instalação da comissão especial da Zona Franca e manifestou apoio à prorrogação e ao trabalho da comissão. "Venho aqui para honrar o compromisso que fiz à bancada do Amazonas e para dizer que sou favorável à prorrogação da Zona Franca de Manaus. Faço minhas as palavras do deputado Sarney Filho (PV-AM) que é favorável ao modelo que contribuiu para a manutenção da floresta; sem o Polo Industrial de Manaus a degradação ambiental seria inevitável", declarou Henrique Alves.

Manaus, quarta-feira, 20 de março de 2013.

Abrindo as portas na ZFM

Fábrica da Waypartners do Brasil, que fabrica componentes eletrônicos, será inaugurada no dia 1º de maio, com 70 empregos

ADAN GARANTIZADO

adan@acritica.com.br

A Waypartners do Brasil, especialista em componentes eletrônicos, luminárias fluorescentes e reatores de alta pressão, vai inaugurar uma unidade em Manaus no dia 1º de maio.

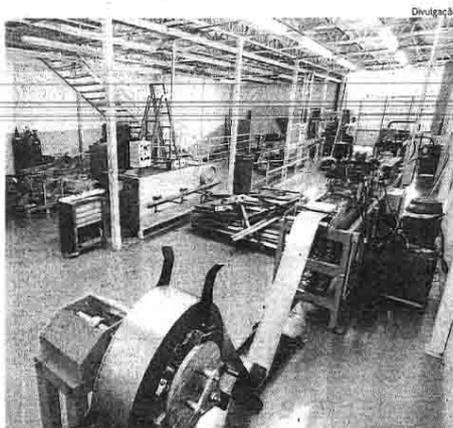
A fábrica terá quatro linhas de produção e será instalada onde funcionava a antiga Sharp, em uma área construída de 2.000 m² no Distrito Industrial. A Waypartners deve empregar neste primeiro momento, cerca de 70 funcionários. "Nossa fábrica será inaugurada no dia do trabalhador. Estamos negociando com a Suframa por mais de um ano e finalmente conseguimos o aval para atuar no Polo Industrial de Manaus. Já conseguimos todas as licenças e agora, estamos finali-

Números

A Waypartners do Brasil conta hoje com cerca de 180 funcionários no Brasil e na China, incluindo as novas contratações das duas fábricas brasileiras. A expectativa é que este número aumente consideravelmente até 2015.

zando nossa unidade", explicou o diretor da Waypartners do Brasil, Pedro Pastorelli.

O maquinário da fábrica deve chegar no começo de abril. Em Manaus, a empresa vai fabricar componentes como reatores eletrônicos, transformadores com núcleo ferrite, protetores térmicos e, a par-



Obras de edificação da fábrica da Waypartners em Mauá (RJ) vão adiantadas

tir do segundo semestre deste ano, capacitores para motor.

A partir de 2014, a fábrica de Manaus também produzirá artigos voltados para o segmento automotivo, da marca DSW Automotivo (que também faz parte do grupo). Serão montados no Polo Industrial receptores para TV digital veicular e encostos de cabeça com tela de LCD incorporados. No mês passado, a empresa abriu uma unidade em Mauá, São Paulo. Os investimentos nas duas fábricas giram em torno de R\$ 7 milhões.

"Com a fabricação local, em Mauá e Manaus, nosso objetivo é ampliar significativamente nossa atuação no mercado brasileiro, com maior variedade de produtos e preços extremamente competitivos", afirma Pedro Pastorelli.

A empresa planeja dobrar seu

faturamento neste ano e dobrar novamente em 2014. A meta da empresa é atingir um volume mensal, nas duas unidades, em torno de 300.000 reatores eletrônicos, 30.000 reatores de alta pressão, 50.000 luminárias e perto de 2 milhões de indutores. Para tanto, os funcionários nas duas linhas deverão dobrar até dezembro deste ano, chegando a cerca de 160 profissionais em Mauá e Manaus.

A partir de 2015, com a produção consolidada, a Waypartners do Brasil deverá dar início à exportação de alguns componentes produzidos em Manaus, como capacitores, para os mercados da Venezuela e Colômbia. "Esta exportação faz parte do nosso planejamento estratégico", acrescenta Pastorelli. Para o mercado brasileiro, a empresa também continuará com as suas importações. "Todos os produtos que passam a ser produzidos pela empresa no País não eram importados. Os itens que vinham sendo importados da China até agora, como os inúmeros componentes voltados para a indústria eletro-eletrônica, continuarão a ser trazidos normalmente", explica o diretor.

Greve ameaça PIM



A greve dos portuários pode comprometer o faturamento diário do Polo Industrial de Manaus (PIM), que hoje chega a algo em torno de US\$ 140 milhões, de acordo com cálculos do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam). “Os impactos da paralisação serão grandes, já que a indústria local depende da movimentação das cargas para o recebimento de insumo e envio de mercado-

rias”, destaca o presidente da entidade, Wilson Périco.

Périco comenta que o setor já sofre com os altos custos logísticos, comparado a outras e que a greve comprometeria o funcionamento da linha de produção de muitas empresas do PIM. “Esperamos que haja um bom senso e ela não aconteça, pois haverá um impacto mesmo que as fábricas estejam com um estoque razoável”, comentou Périco.